



**Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado**

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2ª ETAPA DO ACORDO DE RESULTADOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2013

Belo Horizonte, Fevereiro de 2014



1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório destina-se a fornecer informações sobre o desempenho das equipes de trabalho da Controladoria-Geral do Estado no alcance das metas e resultados pactuados na 2ª Etapa do Acordo de Resultados para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013.

Os dados e informações aqui relatados foram consolidados pela Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação - AGEI, a partir de relatórios elaborados pelas equipes Acordadas.

Os valores alcançados nos indicadores e marcos dos itens sob responsabilidade de outros órgãos/entidades foram levantados pelas unidades administrativas responsáveis pelo seu monitoramento.

Os demais dados, bem como as informações e justificativas aqui apresentadas foram obtidas junto às áreas responsáveis pela execução das metas, marcos e ações pactuados e correspondem à realidade dos fatos.

As fontes de comprovação dos resultados aqui apresentados estão organizadas e arquivadas junto à Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação da Controladoria-Geral do Estado e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Resultados, pela Auditoria Setorial ou por outros órgãos de controle.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2014.

PLÍNIO SALGADO
Controlador-Geral do Estado



2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.1 – EQUIPE GABINETE

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Tempo médio de resposta às demandas das Ouvidorias Especializadas/OGE	N/D	N/D	10	Dias	100%	40	19,28	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Tempo médio de resposta às demandas das Ouvidorias Especializadas/OGE			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	-	-	10
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
Durante o ano de 2013 a Controladoria-Geral do Estado recebeu 7 demandas das Ouvidorias Especializadas/OGE, sendo 5 demandas do tipo “informação” (solicitação de orientação ou ensinamento relacionado à área de atuação dos órgãos municipais) e 2 do tipo “solicitação” (comunicação verbal ou escrita que, embora também possa indicar insatisfação, contém um requerimento de atendimento ou acesso às ações e serviços). O tempo médio em 2013 foi de 19,28 dias, o que atende à meta limite de 40 dias.			

THAÍS PORTELA AMABILE
Chefe de Gabinete



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.2 – EQUIPE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Presença em Reuniões de Alinhamento da Subsecretaria de Comunicação Social e Cumprimento de Tarefas Solicitadas nos Encontros	N/D	N/D	100%	%	30%	100%	100%	10

QUADRO DE PRODUTOS

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Planejar e buscar o aperfeiçoamento dos recursos logísticos, tecnológicos, humanos e de informação da Controladoria-Geral do Estado	Biblioclipping	15/1/2014	30	1	13/01/2014	0	10
Planejar e buscar o aperfeiçoamento dos recursos logísticos, tecnológicos, humanos e de informação da Controladoria-Geral do Estado	Documento contendo propostas de melhorias de conteúdo para o sítio da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais	29/11/2013	40	1	29/11/2013	0	10

* Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Presença em Reuniões de Alinhamento da Subsecretaria de Comunicação Social e Cumprimento de Tarefas Solicitadas nos Encontros			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	-	10	10
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
No período estabelecido no Acordo de Resultados – de maio a dezembro de 2013 – a ASCOM/CGE não fora convocada formalmente para participação de reuniões de alinhamento com a SUPIM/SUBSECOM/SEGOV sendo que a interlocução entre os setores se fez através da troca de informações e demandas por e-mail.			

Bibliocliping
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
O produto Bibliocliping foi disponibilizado no sítio eletrônico da CGE, sendo que o acesso à busca e pesquisa é feito de forma ágil e eficiente. O memorando relativo à entrega do produto foi encaminhado ao Gabinete/CGE em 13/01/2014.

Documento contendo propostas de melhorias de conteúdo para o sítio da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
O memorando com o documento consolidado foi encaminhado ao Gabinete em 29/11/2013.

JURANDIR PERSICHINI CUNHA
Assessor-Chefe de Comunicação Social



2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.3 – EQUIPE ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Taxa de Execução do Plano de Trabalho da Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação – AGEI	N/D	N/D	100%	%	30%	100%	99,24	9,92



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Taxa de Execução do Plano de Trabalho da Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação – AGEI			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	95,79	98,92	99,24
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>A AGEI pactuou, além dos itens estabelecidos pela SEPLAG, mais três entregas ao Controlador-Geral: Mapeamento do Processo de Auditoria, Otimização dos processos da Superintendência Central de Coordenação de Comissões Disciplinares – SCOM e Elaboração de material para composição do curso para os aprovados no concurso CGE/2012 com informações sobre Gestão Estratégica e Acordo de Resultados. Todas as entregas foram entregues no prazo pactuado.</p> <p>Destacamos também a realização de 2 turmas do o Curso Introdutório de Mapeamentos de Processos (tendo como público alvo os servidores da CGE), 3 turmas para o Curso Avançado de Mapeamento de Processos (como público alvo os auditores setoriais e seccionais) e o Curso para os Novos Auditores, na área de Gestão Estratégica e Acordo de Resultados.</p>			

KEREN BATISTA OLIVEIRA

Assessora-Chefe de Gestão Estratégica e Inovação



2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.4 – EQUIPE ASSESSORIA JURÍDICA

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Índice de responsividade às solicitações de Notas Técnicas a atos normativos primários e regulamentares	N/D	N/D	75%	%	100%	75%	83,33%	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Índice de responsividade às solicitações de Notas Técnicas a atos normativos primários e regulamentares			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	-	75%	83,33%
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
A partir da assinatura do Acordo de Resultados de 2013 foram solicitadas seis Notas Técnicas à Controladoria-Geral do Estado. Destas notas técnicas apenas uma foi respondida fora do prazo máximo de 10 dias úteis, o que não prejudicou o alcance da meta.			

JOÃO PAULO CHAVES MOSCARDINI
Assessor Jurídico Chefe



2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.5 – EQUIPE AUDITORIA SETORIAL

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Índice de execução do Plano Anual de Auditoria (PAA)	100%	98,3%	90,01%	%	100%	95%	91,72%	9,66



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Índice de execução do Plano Anual de Auditoria (PAA)			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
100%	98,3%	90,01%	91,72%
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
As ações previstas no Plano Anual de Auditoria-PAA foram executadas ao longo do exercício de 2013 pela Auditoria Setorial, conforme Relatório de Avaliação do PAA/CGE, elaborado pela SCAO/CGE com a demonstração da nota no valor de 91,72. A nota recebida no Acordo de Resultados foi de 96,55, conforme a fórmula: (Percentual de execução do PAA/Meta) x 10 = 9,66.			

CAMILA ANTUNES NOTARO
Auditora Setorial



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.6 – EQUIPE SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Certificação dos saldos contratuais da Controladoria-Geral do Estado	-	-	-	%	50%	100%	100%	10

QUADRO DE PRODUTOS

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Planejar e buscar o aperfeiçoamento dos recursos logísticos, tecnológicos, humanos e de informação da Controladoria-Geral do Estado.	Guia de orientações básicas aos servidores da CGE	2/12/2013	50	1	20/11/2013	0	10

* Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Certificação dos saldos contratuais da Controladoria-Geral do Estado			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	-	-	100
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
O acompanhamento bimestral do indicador permitiu identificar possíveis inconsistências na execução dos contratos, facilitando ainda, a conciliação entre Siafi x Portal de Compras no encerramento do exercício.			

Guia de orientações básicas aos servidores da CGE
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
O Guia de Orientações Básicas aos Servidores da CGE tratou-se de uma demanda percebida pela equipe da Diretoria de Recursos Humanos da Controladoria-Geral no tocante ao desconhecimento por parte dos servidores de temas ligados à gestão de sua vida funcional e ao dia-a-dia do trabalho. Dessa forma, foi pensado um produto que traria, mas não esgotaria, as principais informações referentes aos subsistemas de RH em relação aos servidores públicos em exercício na CGE e unidades do Sistema de Auditoria, como fonte de consulta para melhorar os processos afetos a gestão da vida funcional. Foi feito um planejamento prévio de modo a executar o produto da forma mais eficiente possível. Contudo, houve os atrasos e foi necessário repactuar as datas para cumprimento do prazo final estabelecido. Apesar dos atrasos, a meta final não foi prejudicada, com a entrega do produto para validação dentro do prazo acordado.

ADRIANA DOLABELA ALVES DE SOUSA
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças



2.7 – EQUIPE SUBCONTROLADORIA DE AUDITORIA E CONTROLE DA GESTÃO

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Índice médio de execução geral do Plano Anual de Auditoria.	91,22	87,79	82,83	%	20	100	88,86	8,89
Número de Contas Contábeis Auditadas	-	-	-	Unidade	10	1	1	10
Número de Programas Governamentais Auditados	2	2	3	Programa	20	4	4	10
Número de Termos de Parcerias Auditados	7	4	3	Unidade	15	4	4	10

QUADRO DE PRODUTOS

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Planejar e buscar o aperfeiçoamento dos recursos logísticos, tecnológicos, humanos e de informação da Controladoria-Geral do Estado.	Curso de Capacitação para os novos auditores	29/11/2013	10	1	29/11/2013	0	10
Desenvolver, aprimorar e disseminar metodologias de auditoria e correição administrativa.	Programa de Auditoria Elaborado Aplicável a Acordos de Resultados Celebrados (Construção dos indicadores e ações)	30/9/2013	10	1	26/8/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Contribuir para o aperfeiçoamento do controle interno e da gestão pública.	Relatório "Avaliação da Regularidade dos Contratos de Prestação de Serviços para Funcionamento e Operação do Complexo da Cidade Administrativa - CAMG"	31/12/2013	15	1	30/12/2013	0	10

* Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Índice médio de execução geral do Plano Anual de Auditoria.			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
91,22	87,79	82,83	88,86
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>O indicador, que representa a média dos índices de execução do Plano Anual de Auditoria das unidades setoriais e seccionais integrantes do Sistema de Controle Interno, apresentou um desempenho positivo em relação ao exercício de 2012. Ainda que distante da meta estabelecida de 100% para 2013, não faltaram esforços da equipe da Subcontroladoria de Auditoria e Controle da Gestão para que as ações previstas no Plano Anual fossem plenamente alcançadas, tais como: ingresso dos auditores concursados; treinamento nas áreas pertinentes; efetividade de coordenação técnica dos trabalhos, dentre outras. Assim, continua o empenho da SCG para que o indicador continue a trajetória ascendente para os próximos exercícios e o atingimento da meta pactuada.</p>			

Número de Contas Contábeis Auditadas			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	-	-	1
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>A inovação deste indicador busca a conciliação das contas contábeis para proporcionar uma consistência dos saldos apresentados nos demonstrativos contábeis e, principalmente, permitir que os registros contábeis reflitam a realidade e a fidedignidade da execução orçamentária e financeira dos recursos públicos. Inicialmente foi avaliada 1 conta contábil em 2013, pretendendo-se a expansão da auditoria para 2 contas no próximo exercício, demonstrando o avanço desta tão importante atribuição da SCG.</p>			

Número de Programas Governamentais Auditados			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
2	2	3	4
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>Este indicador muito contribui para o aprimoramento da ação governamental quando se propõe uma avaliação na efetividade dos programas de governo, indicando as deficiências detectadas e propondo ajustes de melhoria e boas práticas. O desempenho favorável se reflete no desafio crescente do número de programas auditados, 4 em 2013. Os Programas Governamentais auditados foram: Programa Governamental "Travessia" (Travessia Social), Programa "Resíduos Sólidos", Programa "Água para Todos" e Programa "Poupança Jovem". Dentre os métodos analíticos utilizados, destaca-se a realização de entrevistas com executores e beneficiários dos programas, bem como visitas às comunidades atendidas.</p>			



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Número de Termos de Parcerias Auditados			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
7	4	3	4
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>A verificação da eficácia dos objetos pactuados em termos de parceria pelo Governo Estadual requer que estes instrumentos celebrados com as OSCIPS passem por constantes processos de auditoragem. As auditorias avaliaram os objetos dos Termos de Parcerias e seus indicadores, verificando seus resultados, o cumprimento das metas pactuadas e a sua efetividade na execução das políticas públicas. Os Termos de Parceria auditados foram firmados entre a Fundação Clóvis Salgado e a OSCIP Instituto Cultural Filarmônica, entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Terra da Sobriedade, entre a Fundação Estadual do Meio Ambiente e a Fundação Israel Pinheiro e entre a Fundação TV Minas e a OSCIP Associação de Desenvolvimento da Radiofusão de Minas Gerais.</p>			

Curso de Capacitação para os novos auditores
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
<p>Este produto foi de grande importância para o Sistema de Controle Interno, uma vez que representou um altíssimo investimento para o desempenho das atividades de auditoria, correção administrativa e transparência pública. A capacitação, que envolveu cerca de 70 Auditores Internos recém-nomeados, representa o fortalecimento do controle interno na administração pública mineira por meio da transferência do conhecimento técnico e da experiência de servidores da própria Controladoria-Geral. O treinamento se deu em um período de três meses a custo zero para o Governo e preparou os profissionais para o enfrentamento de suas atribuições no dia-a-dia de trabalho.</p>

Programa de Auditoria Elaborado Aplicável a Acordos de Resultados Celebrados (Construção dos indicadores e ações)
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
<p>A elaboração de uma nova metodologia de auditoria nos Acordos de Resultados dos órgãos e entidades representa a disponibilidade de uma ferramenta que assegure a credibilidade do instrumento de gestão. O Programa de auditoria elaborado contemplou os aspectos de observância à Matriz de Aderência, construção e desenvolvimento dos indicadores e ações das equipes de trabalho, além da estipulação dos pesos dos itens para avaliação. A aplicação desta metodologia contribuirá para o aperfeiçoamento desses mecanismos estratégicos de gestão, assegurando maior eficiência no desempenho institucional dos órgãos e equipes de trabalho e garantindo o alinhamento da estratégia governamental às atividades estipuladas nos respectivos Acordos.</p>



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Relatório “Avaliação da Regularidade dos Contratos de Prestação de Serviços para Funcionamento e Operação do Complexo da Cidade Administrativa - CAMG”

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Como contribuição para a regular execução da despesa pública foi realizada a auditoria nos contratos de prestação de serviços para funcionamento e operação do complexo da Cidade Administrativa. O trabalho contemplou análises quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos serviços oferecidos pelos contratados em atendimento às demandas da Cidade Administrativa. O produto ora pactuado buscou agregar melhorias na formalização dos instrumentos celebrados, bem como na certificação dos serviços prestados. Foi realizada auditoria nos contratos das empresas Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda, Fast One Sistemas Tecnológicos S.A., Dalkia Brasil S.A., Hewlett – Packard Brasil Ltda (HP) e a Maxsys Brasil Comércio e Serviços Ltda.

EDUARDO FAGUNDES FERNANDINO

Subcontrolador de Auditoria e Controle da Gestão



2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.8 – EQUIPE SUBCONTROLADORIA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Taxa de verificação da efetividade das decisões de correição administrativa	100	100	100	%	40	100	100	10

QUADRO DE PRODUTOS

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Estimular a integridade funcional do servidor e a cultura da licitude.	Curso de prevenção e apuração de ilícitos administrativos	29/11/2013	30	1	4/10/2013	0	10
Desenvolver, aprimorar e disseminar metodologias de auditoria e correição administrativa.	Metodologia de Correição nos procedimentos administrativo-disciplinares das comissões processantes e sindicantes subordinadas à Controladoria-Geral do Estado	29/11/2013	30	1	29/11/2013	0	10

* Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Taxa de verificação da efetividade das decisões de correção administrativa			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
100	100	100	100
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>Em 2013, foram publicadas 203 decisões de correção administrativa relacionadas à conclusão dos procedimentos administrativo-disciplinares. Todas tiveram a efetividade verificada, por meio da emissão de ofícios aos gestores responsáveis pelo cumprimento e do acompanhamento nos sistemas SISAP e SIPRO.</p> <p>Sendo a nota (valor apurado/valor da meta)X10, o cálculo será $(100/100) \times 10 = 10$.</p> <p>Nota final = 10.</p>			

Curso de prevenção e apuração de ilícitos administrativos
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
<p>Direcionado aos servidores das unidades de auditorias setoriais e seccionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo, participaram do curso cerca de 150 (cento e cinquenta) servidores, divididos em quatro turmas. As aulas foram ministradas na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, durante o período de 05 a 28 de agosto de 2013 e contaram, ainda, com servidores da Controladoria-Geral do Estado e membros de comissões processantes das superintendências regionais de ensino.</p> <p>Entre outros, foram abordados os seguintes temas: o poder disciplinador do Estado; responsabilidades administrativa, civil e penal; regime disciplinar no Estatuto dos Servidores Públicos de Minas Gerais: direitos, deveres e proibições; acúmulo ilícito e abandono de cargo; sindicância e processo administrativo disciplinar: conceitos, finalidades, fases, normas, recursos e nulidades; reabilitação administrativa; aperfeiçoamento disciplinar: definição e objetivos; controle consenso x controle sanção; prevenção de ilícitos administrativos e ações de prevenção.</p> <p>Os temas, divididos em cinco módulos, todos com carga horária de três horas, foram abordados pelos expositores: Stefano Antonio Cardoso, Diretor Central de Aperfeiçoamento Disciplinar; Mônica de Fátima Diniz, Superintendente Central de Coordenação de Comissões Disciplinares; Sérgio Silva Amorim, Diretor Central de Coordenação de Comissões Disciplinares da Administração Direta; e Silvana Maria Fernandes, Diretora Central de Apoio ao Reajustamento Funcional. O produto foi finalizado no prazo em 04 de outubro com o envio do memorando ao Gabinete com ementa e listas de presença do curso realizado validadas pela Subcontroladora de Correção Administrativa.</p>

Metodologia de Correção nos procedimentos administrativo-disciplinares das comissões processantes e sindicantes subordinadas à Controladoria-Geral do Estado
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
<p>A “Metodologia de inspeção correicional em sindicância administrativa e processo administrativo-disciplinar das comissões sindicantes e processantes subordinadas à Controladoria-Geral do Estado”, denominada, simplificada, de “Metodologia de Inspeção Correicional”, é um trabalho pioneiro no país no âmbito do executivo estadual, embora possua algumas semelhanças com o procedimento de inspeção executado pela Controladoria-Geral da União e pelos Tribunais de Justiça.</p> <p>Na revisão do trabalho, junto à Sra. Subcontroladora de Correção Administrativa, verificou-se que o termo “inspeção correicional” é mais explicativo que “Correção”, e fica análogo ao procedimento de inspeção correicional executado pela Controladoria-</p>



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Geral da União e pelos Tribunais de todo país.

Verificou-se, também, que a expressão “procedimentos administrativo-disciplinares”, a qual se usou, por certo período, para resumir “sindicância administrativa e processo administrativo-disciplinar”, vem sendo rejeitada por algumas importantes correntes doutrinárias. O entendimento majoritário, adotado pelo nosso Gabinete, faz distinções consideráveis entre processo e procedimento: o primeiro é o instrumento, formado por atos processuais, do qual se obtém a prestação jurisdicional ou administrativa; o segundo configura-se como o modo de execução destes atos processuais. A inspeção correicional deve verificar não apenas o modo de execução. Deve, principalmente, verificar a regularidade formal dos instrumentos apuratórios (sindicância administrativa e processo administrativo-disciplinar).

Ressaltamos que não há mudança alguma sobre o produto pretendido, mas, sim, uma adequação da terminologia utilizada.

A equipe responsável pela elaboração da Metodologia realizou inúmeras pesquisas e comprovou, ao final, que a matéria é sempre tratada de forma isolada, não havendo, portanto, livros e doutrinas que abordem o assunto de forma genérica, ou seja, sem fazer referência às especificidades do órgão federal e do Poder Judiciário.

A Metodologia elaborada pela Superintendência Central de Coordenação de Comissões Disciplinares/SCOM, validada pela Subcontroladoria de Correição Administrativa/SCA, trata com profundidade o desenvolvimento dos trabalhos de inspeção, explicitando, para cada fase, os objetivos, as pessoas envolvidas e suas atribuições, o modo de execução e os aspectos que devem ser observados e registrados.

A elaboração do produto evidenciou que a atividade de inspeção correicional reforçará eficiência e a tecnicidade da atividade de correição exercida pelas unidades existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

O produto foi cumprido no prazo pactuado: 29/11/2013.

MÔNICA DE FÁTIMA DINIZ
Subcontroladora de Correição Administrativa



2 - DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.9 – EQUIPE SUBCONTROLADORIA DA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL E DA TRANSPARÊNCIA

QUADRO DE INDICADORES

Indicador	Valor de Referência			Unid. Medida	Peso	Execução no período		Nota Estimada
	2010	2011	2012			Meta	Resultado	
Execução do subprojeto "Transparência", do projeto estratégico Minas Legal	-	-	100	%	20	100	100	10
Índice de Transparência	-	-	-	%	20	100	100	10
Tempo Médio para Encaminhamento de Respostas junto ao Portal de Denúncias	2,10	1,95	1,23	Dias	16	2	1,34	10

QUADRO DE PRODUTOS

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Promover o incremento da transparência pública, tendo em vista o fomento à participação da sociedade civil e a prevenção da malversação dos recursos públicos.	Manual ao Terceiro Setor sobre transparência dos recursos públicos recebidos	16/12/2013	15	1	3/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Manual prático de transparência pública municipal	2/9/2013	15	1	2/9/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - AGE	31/12/2013	0,5	1	30/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - CGE	31/12/2013	0,5	1	4/7/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - EPE	31/12/2013	0,5	1	20/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - IPSM	31/12/2013	0,5	1	19/12/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - OGE	31/12/2013	0,5	1	20/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEAPA	31/12/2013	0,5	1	26/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEC	31/12/2013	0,5	1	23/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SECCRI	31/12/2013	0,5	1	20/12/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SECOPA	31/12/2013	0,5	1	20/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SECTES	31/12/2013	0,5	1	12/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEDE	31/12/2013	0,5	1	11/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEDESE	31/12/2013	0,5	1	27/12/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEDRU	31/12/2013	0,5	3	-	29	4
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEDS	31/12/2013	0,5	1	19/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEDVAN	31/12/2013	0,5	1	10/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEE	31/12/2013	0,5	1	20/12/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEEJ	31/12/2013	0,5	1	13/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEERF	31/12/2013	0,5	2	26/12/2013	-	5
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEF	31/12/2013	0,5	1	20/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEGEM	31/12/2013	0,5	1	19/12/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEGOV	31/12/2013	0,5	1	19/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEMAD	31/12/2013	0,5	1	27/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SEPLAG	31/12/2013	0,5	1	9/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SES	31/12/2013	0,5	1	23/12/2013	0	10



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SETE	31/12/2013	0,5	1	20/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SETOP	31/12/2013	0,5	1	18/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SETUR	31/12/2013	0,5	1	26/12/2013	0	10
Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de governo.	Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 – Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das Informações Pessoais - SGG	31/12/2013	0,5	1	27/12/2013	0	10

* Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Execução do subprojeto "Transparência", do projeto estratégico Minas Legal			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	-	100	100
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>A execução do projeto foi um sucesso. Juntamente com a SEF, que disponibilizou o recurso, conseguimos incrementar o Portal da Transparência do Estado com mais 18 informações de interesse público, como informações sobre os processos administrativos tributários, informações sobre arrecadação pormenorizada do Estado e detalhamento de despesas. Tudo isso agora se localiza em uma aba específica do Portal da Transparência chamada "Cidadania Fiscal".</p> <p>Conforme e-mail de Raphael Caldeira de Sales (SEPLAG) enviado em 7 de janeiro de 2014, o indicador "Execução do Plano de Melhoria 'Integração CGE, PRODEMGE e SEF - Portal da Transparência do Processo Estratégico Minas Legal'" foi apurado com 100%.</p> <p>Conforme deliberação do Comitê Integrado de Mudanças do GERAES – COIMGE de 17/07/2013, o indicador "Execução do Subprojeto 'Transparência', do Projeto Estratégico Minas Legal" foi alterado para o indicador "Execução do 'Plano de Melhoria Integração CGE, PRODEMGE e SEF - Portal da Transparência', do Processo Estratégico Minas Legal". No ano de 2012, o "Minas Legal" figurava dentro do Portfólio Estratégico do Governo como um Projeto Estratégico. No entanto, em 2013, visando aprimorar a forma de acompanhamento, o "Minas Legal" se tornou um Processo Estratégico. A fórmula de cálculo do indicador é dada pelo cálculo da Taxa de execução do Plano de Melhoria: a Nota do componente "Plano de Melhoria" se refere à média de dias de atraso dos marcos do cronograma, definidos previamente durante o planejamento do Plano:</p>			
Marcos Pactuados - Minas Legal - Vertente Transparência		Critério de Aceitação	
Integração CGE - SEF para seleção de critérios a serem implementados no Portal			
<u>Critérios para especificação do Portal selecionados</u>		Critérios definidos	
Integração CGE - PRODEMGE para especificação dos critérios a serem implementados no Portal			
<u>1º lote de critérios especificados</u>		Critérios validados	
<u>2º lote de critérios especificados</u>		Critérios validados	
<u>1º lote de critérios desenvolvidos no Portal</u>		Sistema em funcionamento com o 1º lote	
<u>2º lote de critérios desenvolvidos no Portal</u>		Sistema em funcionamento com o 2º lote	



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

Índice de Transparência			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
-	-	-	100
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
A aplicação do indicador para avaliar 63 sítios governamentais foi muito bem sucedida. Identificamos que os critérios de informação e entendimento, que tratam da quantidade e qualidade das informações disponibilizadas ao público, merecem devido aprimoramento pelos avaliados, que se encontram, em sua maioria, em nível intermediário de desenvolvimento. Desse modo, planejamos para 2014 uma ação para auxiliar os órgãos no aprimoramento da transparência de seus sítios governamentais.			

Tempo Médio para Encaminhamento de Respostas junto ao Portal de Denúncias			
HISTÓRICO DO INDICADOR			SITUAÇÃO ATUAL
Resultado 2010	Resultado 2011	Resultado 2012	Resultado 2013
2,10	1,95	1,23	1,34
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO INDICADOR			
<p>O Portal de Denúncias da Controladoria Geral do Estado (CGE) é um canal de interação entre a Administração Pública Estadual e os cidadãos no que concerne ao controle interno governamental, representado pela CGE, e o controle social exercido pelo cidadão e pela sociedade civil. Conforme consta no link “Denúncia on-line” do sítio eletrônico da CGE o serviço de denúncia “é um canal para identificar inconformidades ocorridas na Administração Pública Estadual com garantia absoluta de sigilo, quando solicitado pelo denunciante”. A matéria objeto da denúncia deve abranger:</p> <ol style="list-style-type: none">1) “Órgão ou entidade do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais;2) Irregularidades na utilização de recursos ou patrimônio públicos (...).” <p>Na época de elaboração do acordo de resultados de 2013, não havia uma pessoa na SCCC que pudesse realizar a apuração e por isto foi informado que o relatório seria emitido pela SCIT, contudo atualmente o relatório é elaborado pela SCCC já que no decorrer do ano a pessoa responsável assumiu seu posto na Superintendência da SCCC. O Decreto n. 45.795, de 05 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização da Controladoria Geral do Estado, determinou à Subcontroladoria da Informação Institucional e da Transparência (SIT), por meio da Diretoria Central de Apoio Técnico ao Combate à Corrupção (DCAT), unidade subordinada à Superintendência Central de Suporte à Prevenção e ao Combate à Corrupção (SCCC), a competência para dar o devido encaminhamento às representações e denúncias recebidas, em consonância com as funções estratégicas da unidade, especialmente quanto a sua atuação no fomento do controle social da gestão pública do Poder Executivo Estadual. Já a Diretoria Central de Auditoria Especiais (DCAE), unidade subordinada à Superintendência Central de Auditorias e Tomadas de Contas Especiais (SCAT) da Subcontroladoria de Auditoria e Controle de Gestão (SCG), em consonância com o decreto anteriormente citado, tem como principal atribuição executar os trabalhos de apuração de fatos e atos denunciados como irregulares na gestão dos recursos públicos, assim como coordenar as apurações das denúncias, recebidas pela CGE, sob reponsabilidade das unidades setoriais e seccionais de auditoria, integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Dentro dessa premissa e em conformidade com o art. 34, incisos VI e VII do decreto retro citado, o gerenciamento do Portal foi transferido em setembro de 2013 para a DCAT/SCCC. Quanto à execução e coordenação das apurações das denúncias, estas permaneceram sob responsabilidade da SCG, por meio da DCAE/SCAT. As denúncias são enviadas pelos cidadãos para a CGE basicamente pelos seguintes</p>			



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

canais;

- 1) Denúncias "on line", postadas diretamente no site da CGE;
- 2) Denúncias por e-mail enviadas direta ou indiretamente à CGE;
- 3) Denúncias enviadas através do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG.

Cabe a DCAT/SCCC o recebimento das denúncias enviadas por meio do canal "Denúncia on-line" do sítio eletrônico da CGE. Após o recebimento das denúncias, o primeiro passo consiste em verificar se os fatos nela descritos estão fundamentados, com vistas a subsidiar a tomada de decisão sobre o encaminhamento a ser dado à demanda do cidadão, de modo a prestar-lhe um atendimento satisfatório, mediante o envio de resposta adequada de forma tempestiva. Ademais deve-se considerar ainda que o tempo de resposta ao cidadão deve ser de até 02 (dois) dias em média, sendo que tal limite consta no "Acordo de Resultados" da CGE/SIT. Para a definição de qual o encaminhamento a ser dado à denúncia recebida, são aplicados critérios de avaliação que facilitem a emissão de opinião quanto à suficiência das informações descritas, ao tipo de manifestação apresentada e, em especial, ao enquadramento dos fatos narrados na esfera de atribuições da CGE.

RELATÓRIO GERENCIAL

**INDICADOR 22 – "TEMPO MÉDIO DE ENCAMINHAMENTO DE RESPOSTAS JUNTO
AO PORTAL DE DENÚNCIAS" – EXERCÍCIO 2013**

QUADRO 02 – Comparativo mensal e anual – 2012/2013

Quantidade manifestações Recebidas/ total dias para 1º resposta/ tempo médio gasto

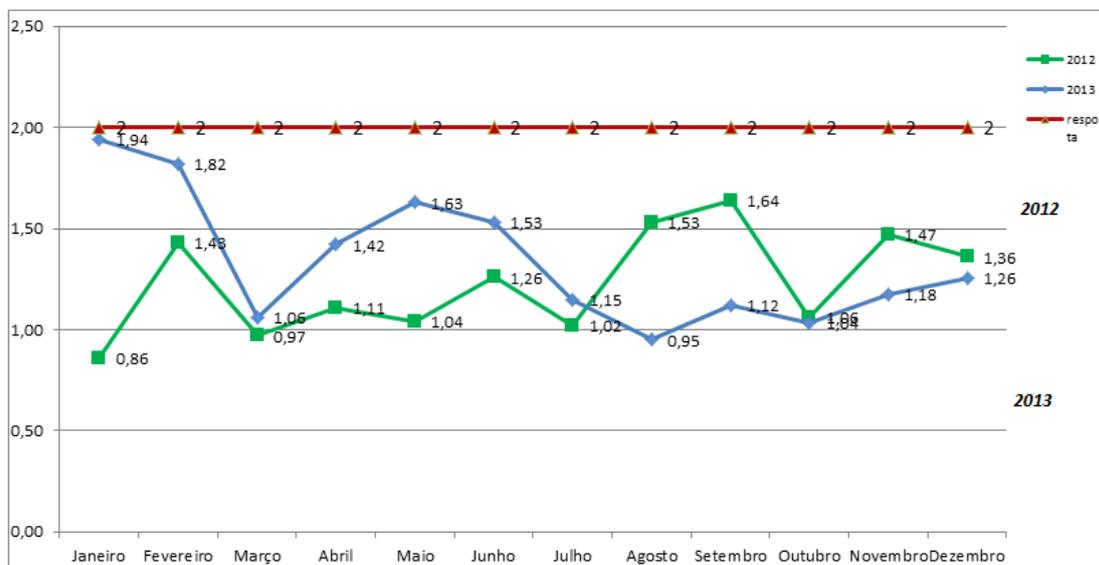
Mês	Número de manifestações 2012	Número de manifestações 2013	Total de dias para 1ª resposta 2012	Total de dias para 1ª resposta 2013	Média de tempo gasto para 1ª resposta 2012	Média de tempo gasto para 1ª resposta 2013	Meta dias para primeira resposta
Janeiro	37	34	32	66	0,86	1,94	2
Fevereiro	51	61	73	111	1,43	1,82	2
Março	58	48	56	51	0,97	1,06	2
Abril	64	43	71	61	1,11	1,42	2
Maiο	46	59	48	96	1,04	1,63	2
Junho	46	34	52	52	1,26	1,53	2
Julho	47	53	48	61	1,02	1,15	2
Agosto	40	39	61	37	1,53	0,95	2
Setembro	50	52	82	58	1,64	1,12	2
Outubro	52	55	55	57	1,06	1,04	2
Novembro	45	51	66	60	1,47	1,18	2
Dezembro	33	31	45	39	1,36	1,26	2
Total	569	560	689	749			
Média Anual	47,42	46,67	57,42	62,42	1,23	1,34	

Fonte: Planilha "Banco de Denúncias 2013" - S:\SCCC\DCAT\Pasta Sirva\RELATORIOS PORTAL DE DENUNCIAS



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

GRÁFICO ÚNICO: Tempo médio de Resposta ao manifestante
Comparativo mensal – 2012/2013



Fonte: Planilha "Banco de Denúncias 2013" - S:\SCCC\DCAT\Pasta Sinva\RELATORIOS PORTAL DE DENUNCIAS

Fórmula: $\sum(\text{dias úteis gastos para encaminhamento da resposta ao denunciante}) / (\text{número total de denúncias respondidas})$

Fórmula: $(66+111+51+61+96+52+61+37+58+57+60+39)/560$

Fórmula: $749/560 = 1,34$

NOTA = $\{1 - [VA - VM/VM]\} \times 100$

NOTA = $\{1 - [1,34 - 2/1,34]\} \times 100$

NOTA = $\{1 - [1,34 - 1,49]\} \times 100$

NOTA = $\{1 - [-0,15]\} \times 10$

NOTA = $1,15 \times 100 = 11,5$

Sendo a maior nota 10, NOTA = 10.

Manual ao Terceiro Setor sobre transparência dos recursos públicos recebidos

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

O Manual ao 3º Setor sobre Transparência dos Recursos Públicos recebidos foi desenvolvido pela Superintendência Central de Suporte à Prevenção e ao Combate à Corrupção, com participação do Ministério Público de Minas Gerais, e objetiva conscientizar as entidades do Terceiro Setor sobre as novas regras de transparência trazidas pela Lei de Acesso à Informação. Aguardamos a impressão do material, que em breve, será disponibilizado também via Portal da Transparência.

Manual prático de transparência pública municipal

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

O manual objetivava iniciar o trabalho junto às prefeituras sobre o Portal da Transparência Municipal que seria disponibilizado pela CGE. O manual foi feito e será incrementado com os detalhes operacionais do produto Portal da Transparência Municipal, servindo de orientação aos servidores municipais que trabalharão com a citada ferramenta, cujo lançamento está previsto para abril deste ano.



**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - AGE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A AGE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - CGE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A CGE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - EPE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A EPE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - IPSM**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. O IPSM executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.



**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - OGE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A OGE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEAPA**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEAPA executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEC**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEC executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SECCRI**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SECCRI executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.



**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SECOPA**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SECOPA executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SECTES**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SECTES executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEDE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEDE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEDESE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEDESE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEDRU**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEDRU não executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 4 na nota final. A segunda fase foi realizada com 10 dias de atraso, a terceira e quarta fases foram realizadas com mais de 16 dias de atraso (nota 0).

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEDS**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEDS executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEDVAN**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEDVAN executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEEJ**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEEJ executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEERF**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEERF não executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 5 na nota final. A segunda e terceira fase foram executadas com mais de 16 dias de atraso (nota 0).

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEF**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEF executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.



**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEGEM**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEGEM executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEGOV**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEGOV executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEMAD**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEMAD executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SEPLAG**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SEPLAG executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.



**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SES**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SES executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SETE**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SETE executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SETOP**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SETOP executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SETUR**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SETUR executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.



Governo do Estado de Minas Gerais
Controladoria Geral do Estado

**Política de Gestão de Informações, com base no Decreto n. 45.969, de 2012 –
Preparação para a Classificação das Informações Sigilosas e para a Proteção das
Informações Pessoais - SGG**

INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO

Foi realizado trabalho junto ao órgão para identificação das informações sigilosas em seu âmbito, bem como a consolidação dessas diretrizes em uma resolução. Para que esse produto fosse alcançado, foram realizadas várias reuniões com o órgão, nas quais o auxiliamos na identificação dessas informações, na justificativa de classificação dessas informações e na montagem da resolução. Em 2014, estamos fazendo uma última avaliação de todas as resoluções, para retorná-las aos órgãos, que deverão publicá-las no prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, qual seja, maio de 2014. A SGG executou todas as fases dentro do prazo, alcançando 10 na nota final.

MARGARETH SUZANA TRAVESSONI GOMES

Subcontroladora da Informação Institucional e da Transparência



DESEMPENHO DAS EQUIPES DE TRABALHO

2.10 – EQUIPE SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

QUADRO DE PRODUTOS

Projeto / Ação	Produto / Marco	Data Pactuada	Peso	Execução no período			Nota Estimada
				Situação da Execução*	Data de Realização	Dias de atraso	
Implantar a metodologia de Auditoria Baseada em Riscos.	Desenvolvimento de metodologia de Auditoria Baseada em Riscos	30/9/2013	100	1	30/9/2013	0	10

* Situação da Execução: 1 – Plenamente executado no prazo; 2 – Plenamente executado com atraso; 3 – Executado parcialmente; 4 – Não executado



Desenvolvimento de metodologia de Auditoria Baseada em Riscos
INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO PRODUTO
<p>O desenvolvimento da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) em 2013 representou a conclusão de mais uma fase do projeto Risco sob Controle, iniciado no ano de 2012, que contempla as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none">• capacitação do grupo de trabalho responsável pela consecução do projeto; (concluído)• realização de <i>benchmarking</i> em organizações públicas congêneres com vistas ao conhecimento das práticas de ABR; (concluído)• elaboração da metodologia de ABR; (concluído)• realização de teste-piloto;• edição de ato normativo visando institucionalizar a aplicação da metodologia;• disseminação da metodologia no âmbito dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo estadual;• contratação de sistema informatizado de suporte à aplicação da metodologia. (sob análise) <p>A metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) elaborada apresenta-se como uma ferramenta importante para o trabalho do auditor, posto que sua aplicação objetiva realizar trabalhos direcionados para a regularidade dos processos operacionais mediante intervenções preventivas nos atos de gestão. Ao identificar, de forma preventiva e proativa, fatores de riscos e de vulnerabilidades existentes em processos e sistemas organizacionais, a ABR se torna um instrumento de suporte à gestão, contribuindo para o dimensionamento e desenvolvimento de controles adequados na proporção dos riscos que eles pretendem mitigar, eliminando controles caros e ineficientes, otimizando a relação custo <i>versus</i> benefício e, conseqüentemente, o desempenho da Administração Pública.</p> <p>A teoria orienta que a aplicação da ABR se viabiliza em um ambiente no qual a Gestão de Riscos representa prática administrativa da instituição auditada, realidade não observada nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Assim, o desenvolvimento da metodologia apresentou-se mais complexo em razão da necessidade de criar uma estrutura que contemplasse os procedimentos da ABR, agregando-os a outros próprios da Gestão de Riscos, preservando o auditor nas tarefas que não estariam no rol de sua competência (ex.: Mapeamento do processo objeto da auditoria). Neste cenário, a metodologia desenvolvida representa uma alternativa de atuação para a auditoria interna com foco no risco própria da CGE.</p> <p>Associada ao aspecto técnico referido, questões administrativas trouxeram relativo impacto ao desenvolvimento da metodologia provocado por ajustes na equipe da SCPD responsável pela execução da tarefa. Não obstante, o documento contendo a metodologia foi apresentado à direção da Controladoria-Geral do Estado no prazo contratado e registrado no Acordo de Resultados de 1ª Etapa - 2013 da SCPD, obtendo a respectiva aprovação, fruto do empenho e dedicação de toda a equipe.</p>

REINALDO CÂNDIDO DA COSTA

Superintendente Central de Pesquisa e Desenvolvimento do Controle e da
Transparência